



ACTAS

ATA NÚMERO QUATRO

Aos dezoito dias do mês de Abril de dois mil e treze, reuniu-se na Creche "A Tartaruga e a Lebre", situada na Rua Carlos Mayer nº 4, em Lisboa, a Assembleia Geral Extraordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, conforme o artigo nº 38º, alínea 2, do presente Estatuto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um – Conselho Solidário

Ponto Dois – Alienação do imóvel sito em Lisboa, na Rua do Garrido, 44 – A e da fração (Armazém) subcave esquerda sítia na Rua Marquês de Alorna nº 6 – Bons-Dias – Ramada.

O Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, tendo a Mesa começado por verificar o Livro de Presenças. Não havendo o número suficiente de associados para se poder realizar a Assembleia, a Mesa foi obrigada, conforme manda o artigo 43º, nº1 e 2 dos Estatutos, a suspender os trabalhos, sendo marcada o início da sessão para as vinte horas e trinta minutos.

À hora marcada o Sr. Presidente da Mesa deu então início aos trabalhos, estando presentes na sala vinte e sete associados efetivos.

Conforme o artigo 42, nº2, dos Estatutos, a Convocatória da Assembleia Geral, foi publicada nos jornais diários "Diário de Notícias" e "Correio da Manhã" do dia 1 de Abril de dois mil e treze, tendo estes documentos ficado apensos a esta acta, com o nº 2 e 3, respectivamente. Está, também, apenso a esta ata a Convocatória da Assembleia com o nº 1.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada pela totalidade dos associados presentes.

De seguida deu início ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos explicando que, na sequência de anteriores assembleias foi criado o conselho solidário mas que por diversos motivos não esteve ativo e a desempenhar os objetivos para o qual tinha sido criado. Na sua fundação esteve o Sr. Dr. Mário Matos, o Sr. Eng.º António Cortesão e ele próprio o Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos associados presentes na Assembleia para poderem se manifestar em relação a este conselho. Pediu a palavra o associado João Dias para relatar um pouco da história do conselho e dizer que seria indispensável que o mesmo se tornasse ativo ainda este ano.

O Sr. Presidente da Mesa referiu ainda que, apesar do grupo constituído para o Conselho, a este poderá sempre ser acrescido por associados que se queiram juntar à causa e deve ser um grupo ágil e operante.

Não havendo mais intervenções da Assembleia o Sr. Presidente da Mesa passou ao segundo ponto da ordem de trabalhos dando a palavra ao Sr. Presidente da Direção para explicar aos associados as questões relacionadas com o património.

O Sr. Presidente da Direção começou por dizer que apesar de não estar no ponto de agenda os outros imóveis da organização gostaria de fazer o ponto de situação. Assim, informou que o prédio da Travessa Agua Flor já está vendido, que o prédio da Rua Barão de Sabrosa, devido ao seu estado avançado de degradação foi demolido tendo custado à organização cerca de 60.000€ este trabalho. Relativamente ao terreno este irá ser vendido mas até à data não existem propostas para tal.

O imóvel da Rua do Garrido está muito degradado ao nível da pintura do prédio, as marquises estão a cair e o telhado está com muitas infiltrações. A opinião da Direção é intervir no prédio o menos possível, só o necessário para evitar que caia antes de ser vendido.

ACTAS



Mais informou que, por segurança e por recomendação da Segurança Social, a organização tem que proceder a intervenções no Lar da Penha de França e nas Pedralvas, com diversos arranjos, como por exemplo nas janelas, fazer uma casa de banho, pinturas de paredes, alterações de canalizações e uma ligação entre dois edifícios nas Pedralvas, mais concretamente.

Informou, também, que é necessário refazer a instalação elétrica no Centro da Ajuda. A Direção está a fazer todas as diligências para vender o Prédio da Rua do Garrido para fazer face a todas estas despesas.

Relativamente à fração (armazém) subcave esquerda síta na Rua Marquês de Alorna nº 6 – Bons-Dias – Ramada tinha ficado aprovado na última Assembleia Geral que este imóvel estava alugado com a opção de compra ao fim de cinco anos. O certo é que o negócio não se concluiu e a proposta da Direção é que este imóvel seja recuperado e que se transforme no Arquivo da Associação.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa para relembrar os associados que na Assembleia realizada a nove de Janeiro de dois mil e três foi aprovada a venda dos imóveis, da Rua Travessa Água Flor – que já foi vendido, o da Rua Barão de Sabrosa – que foi demolido e o da Ramada – negócio não concretizado. - Pediu a palavra o associado Mário Matos para dizer que este ponto da Assembleia suscita-lhe algumas questões, pelo que apresentou uma proposta à mesa que depois de esclarecido foi retirada a seguir, mas ainda disse que este diálogo que vem desde a última Assembleia acerca do património, não é um diálogo entre a Direção e o associado Mário Matos mas é um assunto que a todos os associados diz respeito.

O Sr. Presidente da Mesa após ter visto a proposta do associado Mário Matos informou que, nesta Assembleia, não vai ser votada a alienação do património por que esta autorização já foi dada, nesta Assembleia o que será feito é só debater as dificuldades nos imóveis. Mais disse que se ocorre um mal-entendido neste assunto decorre deste ponto da agenda.

Pediu a palavra o associado Miguel Soares Franco para dizer que no seu entender o que a Direção pretendia era saber da opinião dos associados relativamente aos problemas em cada um dos imóveis da Instituição. Para não existirem dúvidas sobre a autorização da alienação dos imóveis foi lida uma parte da ata nº 2 de 2012 da Assembleia Geral onde se decidiu estas questões.

Pediu a palavra o associado Mário Matos para dizer que o património é um acervo da Instituição e uma reserva de valores e quando se concretiza a venda é troca para dinheiro que por sua vez é trocável por outra coisa qualquer. Referiu novamente que a concretizar-se a venda de um imóvel a proposta deverá vir à assembleia geral e o montante resultante da venda deverá ser aplicado numa conta bancária que só poderá ser movimentada com autorização da Assembleia Geral.

Pediu a palavra o associado Pavão Nunes para dizer que já algum tempo vem alertando para a dificuldade de autofinanciamento da associação e independentemente de termos obrigações relativamente às doações que foram feitas à Associação temos também que pensar no futuro, no envelhecimento das instalações, dos jovens e dos colaboradores. Propôs que seja dado um voto de confiança à Direção para tratar destes assuntos.

Pediu a palavra o associado Mário Matos para propor que no caso do prédio da Penha de França porque não arranjar uma solução para os jovens do Lar e pensar em vender o prédio? para não se gastar o montante do arranjo que nunca ficará em condições. Mais disse que a sustentabilidade não pode ser pensada sempre na redução de custos porque recai também nos trabalhadores e nas famílias. É necessário também envolver a Segurança Social na resolução dos problemas. Referiu-se ainda que a CNIS pode responder às organizações em geral, não sendo no entanto suficiente para os nossos problemas específicos, cuja soluções não podem repousar na atuação daquela.

ACTAS

Pedi a palavra o associado João Dias para dizer que é uma visão de que a CNIS não resolve os problemas, contudo cada vez mais acredita que só com um movimento coletivo é que se conseguirá resolver os problemas. Referiu que é necessário que as pessoas tenham a percepção de que as tabelas de participação da segurança social têm sido atualizadas para a área da deficiência e que no POPH, a percentagem de autofinanciamento das Instituições teve uma percentagem mais baixa e isso é trabalho da CNIS. -----

Não havendo mais intervenções da assembleia o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a informação que a direção prestou acerca do negócio do prédio na Ramada que não arrancou e a proposta para venda do prédio da rua do Garrido, tendo sido aprovado por unanimidade, a elaboração do processo, tendo em vista a alienação do imóvel, sendo a Direção obrigada a voltar com o assunto à Assembleia Geral, logo que tenha dados concretos sobre o negócio da venda do imóvel, da dita rua do Garrido. -----

Não havendo qualquer intervenção por parte dos associados, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo-se lavrado a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os Membros da Mesa presentes. -----

Presidente

João Dias

Vice-Presidente

Rafael Almeida

Secretária

Maria Helena Andrade